



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVA LOCAL PARA ME/ME E EPP, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 2237/2018, PREJULGADO Nº 27 TCE/PR E ACÓRDÃO 2122/2019 TCE/PR E ITEM COM COTA DE 25% CONFORME ART. 48, III DA LC 123/2006.

Processo nº	: 1.790/2024
Órgão interessado	: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Agronegócio e Inovação
Objeto	: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS.
Tipo	: Menor Preço Por Item.
Data da Sessão Exclusiva Horário	: 21 de janeiro de 2025. : 09h
Local	: Av. Brasil, 1.229 – Centro - Cambará - PR.

O Senhor JOSE SALIM HAGGI NETO, Prefeito Municipal de Cambará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO, forma Presencial, no Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço Por Item - Processo nº 1.790/2024 objetivando o registro de preços dos itens relacionados no Anexo I, que será regida pela Lei Federal nº. 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Geral nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, assim também como os decretos municipais nº 2.237/2018, 3.221/2023, 3.228/2023 e 3230/2023.

Somente poderão participar do lote exclusivo empresas enquadradas como ME e EPP conforme Lei Geral nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, sediadas dentro do município de Cambará/PR, sendo assim o certame COM LOTE EXCLUSIVO para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participarem do certame.

A sessão de processamento do Pregão exclusivo será realizada na sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitações, situado na Av. Brasil, 1.229, Centro, Cambará - PR, iniciando-se no dia 21 de janeiro de 2025 às 09 horas e serão conduzidos pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Não havendo a participação de nenhum MEI, ME ou EPP no certame exclusivo, será aberto a sessão para concorrência geral em data e horário a ser oportunamente designada no mesmo local e conduzidos pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 362/2024.



DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

O certame será conduzido pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, que terão, em especial, as seguintes atribuições:

- conduzir a sessão deste Pregão;
- verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- dirigir a etapa de lances;
- verificar e julgar as condições de habilitação;
- receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver a decisão;
- indicar o vencedor do certame;
- adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- encaminhar o processo devidamente instruído ao ordenador de despesa da unidade administrativa gestora e propor a homologação.

Os bens a serem adquiridos neste processo licitatório, enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária:

Un. Orç	Proj./ Ativ.	Elemento Despesa	Compl. do Elemento	Fonte
05.001	2.100	3.3.90.30.00.00.00.00	3.3.90.30.16.00.00.00	103
				104
				107
07.002	2.012			303
				494
	2.018			303
494				
08.001	2.490			1000
08.002	6.030			1000
08.003	2.500			1000
	2.510			1000
	2.580			1000
	6.040			1000
03.001	2.070			1000
				2
				510
03.002	2.080			1000
03.003	2.003			1000
03.005	2.560			1000
				2
				510
				511
03.006	2.032			1000
				510
				511
				1000
06.001	2.130			2
				510
				511
				1000
02.001	2.170			510
				511
02.002	2.002			1000
				2



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

				511
	2.039			1000
14.001	2.038			1000
	2.035			1000
14.002	2.036			1000
14.003	2.061			1000
09.001	2.250			1000
				2
09.002	2.270			1000
				2
				1000
10.001	2.027			2
				510
				511
				1000
10.003	2.028			2
				510
				511

O Edital será disponibilizado, gratuitamente, por intermédio de solicitação encaminhada ao e-mail licitacaocambara@hotmail.com, ou através do site da Prefeitura Municipal de Cambará, no Portal Transparência.

Integram este Edital:

ANEXO I – TERMO REFERENCIAL
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
ANEXO IV – MODELO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES
ANEXO VI – FICHA DE CADASTRO
ANEXO VII – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO
ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA
ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ME OU EPP
ANEXO X – DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO
ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

I - DO OBJETO:

1.1 - A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS**, conforme relacionado no Anexo I, observado as especificações ali estabelecidas, para atender as Secretarias Municipais.

II - DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que estão habilitadas a explorarem o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, bem como atenderem as exigências do Edital e seus anexos.

2.1.1 – Somente poderão participar do lote exclusivo empresas enquadradas como ME e EPP sediadas dentro do município de Cambará/PR, sendo assim o certame EXCLUSIVO para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

2.1.2 – Com o Prejulgado nº 27, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) consolidou o entendimento de que é possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas em determinado local ou região.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

2.2 - **Somente** será permitida a participação epistolar (Documentos enviados via correio), se:

2.2.1 - Os envelopes devidamente protocolados no protocolo central da Prefeitura, até 01 (um) dia antes da sessão.

2.2.2 - A Prefeitura de Cambará não se responsabiliza por envelopes encaminhados via correio/transportadora.

2.3 – Fica estabelecido que o pregão presencial exige a presença de representante credenciado para a prática dos atos de lance, negociação e recurso e que a ausência implica a decadência desses direitos.

2.4. – Todos os documentos apresentados em cópia, deverão estar autenticados ou acompanhado dos documentos originais para serem autenticados por membro da comissão de licitação, sob pena de eliminação.

2.4.1 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.5 – Todos os interessados em participar do processo licitatório deverão **retirar a proposta digital** do referido edital por meio do e-mail licitacaocambara@hotmail.com.

2.5.1 - A não apresentação da proposta digital não gera eliminação, no entanto gera atraso desnecessário para o andamento da sessão.

2.5.2 - O programa está disponível no site da Prefeitura <http://www.cambara.pr.gov.br/>, em SERVIÇOS/DOWNLOADS, ou portal da transparência junto ao edital.

2.6 – Dúvidas, serão respondidas via e-mail (licitacaocambara@hotmail.com) ou pessoalmente na sede da prefeitura, Av. Brasil, 1.229 - Centro, Cambará - PR das 9h Às 16h. "Não serão respondidas dúvidas via telefone".

2.7 - Havendo a necessidade por parte da administração a sessão poderá ser adiada com abertura para o mesmo dia, em horário diferente.

2.8 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

2.8.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.8.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;



2.8.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o 2.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os 2.8.1 e 2.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados (em sobrecarta) os seguintes documentos: (Fora do envelope)

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.2 - O representante legal ou procurador deverão identificar-se com fotocópia de documento oficial de identificação que contenha foto;

3.3 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar 123/06 e **Lei Complementar Federal nº147/14**, para efeito do tratamento diferenciado, deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração acompanhado da **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial (dentro do prazo de validade)**.

3.3.1 – O microempreendedor Individual será isento de apresentação da Certidão Simplificada emitida pela junta comercial, sendo o certificado de Microempreendedor Individual, suficientes para comprovação do enquadramento;

3.4 – Declaração de pleno atendimento dos requisitos de habilitação;

3.5 - Termo de responsabilidade e compromisso;



3.6 - Ficha de cadastro há não apresentação não gera desclassificação, podendo o mesmo ser preenchido na hora;

3.7 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada. "Não será permitido uso de celulares ou qualquer outro dispositivo de comunicação no momento da sessão, exceto se permitido pelo pregoeiro"

3.8 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro;

3.9 - A falta ou incorreção de documento de credenciamento itens 3.1 a 3.2, não impedirá a licitante de entregar os envelopes da proposta e de habilitação, mas a impedirá de manifestar-se no certame;

3.9.1 – Os documentos dos itens 3.4 e 3.5 são obrigatórios no credenciamento a não apresentação dos mesmos acarretará na eliminação da participante no processo licitatório. (observação: não serão abertos envelopes de habilitação para verificação se o documento se encontra dentro, uma vez que a habilitação só é verificado após os lances das empresas vencedoras)

3.9.2 – Em licitações exclusivas para MEI/ME e EPP, é obrigatória a apresentação do item 3.3, a não apresentação gerará eliminação da empresa.

IV - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

4.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social do proponente, endereço, CNPJ, **número da conta corrente, agência e respectivo banco** e, se possuir, nº de telefone/nº do aparelho de fac-símile (fax) e endereço eletrônico (e-mail);

b) número do processo e do Pregão para Registro de Preços;

c) declaração de que o preço cotado não está superfaturado, estando os mesmos dentro do valor praticado no mercado, também estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado;

d) descrição do objeto da presente licitação, com indicação da marca (apenas uma marca será aceita na proposta) do produto; *(Para Prestação De Serviço Não Há Necessidade De Apresentação De Marca)*

e) **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; O não atendimento (meros erros formais/sanáveis) não gera nulidade ou desclassificação da proposta.

f) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

g) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.2 - Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, por omissão, irregularidade, ou defeito, se capazes de dificultar o julgamento, ou ainda:

4.2.1 – Ultrapassem os valores superiores ao máximo estimado no Anexo 01 – Termo de Referência;



4.2.2 - Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

4.3 – A proposta poderá ser apresentada preferencialmente em papel tamanho A4, impressa em letra “arial” ou “times new roman”, no mínimo em fonte 12, com margem esquerda mínima de 4 cm, podendo ser impressa em frente – verso (neste caso a margem direita do verso deverá ser de no mínimo 4 cm), ou somente no anverso (neste caso deverá conter o carimbo “em branco” no verso). O não atendimento não gera nulidade ou desclassificação da proposta.

4.4 – Ressalva com relação ao item 4.1, o Pregoeiro poderá solicitar que o representante faça a correção na proposta, quando da existência de erro de escrita na mesma.

4.5 - Em relação ao item 4.1 alínea “e”, quando houver conflito entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerão o valor apresentado por extenso.

4.6 - Em caso de não cumprimento do item 4.1 alínea “f”, tal validade poderá ser reconhecida no ato da sessão pelo representante legal ou procurador habilitado, fato este que será registrado em ata.

4.7 - Não será permitido proposta com quantidade inferior ao máximo estipulado no edital.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

5.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme art. 66 da lei 14.133/2021:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do subitem 5.1.1, estão isentos de apresentação no Envelope "Documentos de Habilitação", caso tiverem sido apresentados para o "Credenciamento".

5.1.2 - REGULARIDADE FISCAL, conforme art. 68 da lei 14.133/2021:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

d) prova de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade trabalhista, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.1.2.1 - A licitante que for isenta de inscrição como contribuinte ou isenta de pagamento de tributos deverá, para comprovar sua regularidade fiscal, entregar documento oficial expedido pela autoridade fazendária respectiva que confirme tal situação.

5.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme art. 69 da lei 14.133/2021:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Na hipótese de não constar prazo de validade na Certidão Negativa de Falência apresentada, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 120 (cento e vinte) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.1.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, conforme art. 67, inciso II da lei 14.133/2021:

a) Comprovação de aptidão para fornecimento dos serviços objeto da licitação, através de atestado de Capacidade Técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b) O Atestado da alínea “a” deverá ser compatível com o objeto da licitação, informando o produto entregue ou o serviço prestado.

5.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração da licitante de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado na condição de aprendiz;

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

b1) Esse documento será isento de apresentação no Envelope "Documentos de Habilitação", caso tiver sido apresentado na fase de "Credenciamento".

c) Declaração de Grau de Parentesco;

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

5.2.1 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, conforme art. 63, inciso II da lei 14.133/2021;

5.2.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.2.3 – A empresa vencedora deverá dentro do prazo de 24 (vinte quatro) horas enviar os documentos de habilitação contantes nos itens 5.1 deste edital.

5.2.4 – As empresas que assim desejarem poderão apresentar o envelope de habilitação junto (ao mesmo tempo) ao envelope de proposta, ficando observado o item 5.2.2 deste edital.

5.2.5 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1 - A documentação relativa ao Credenciamento deverá ser apresentada em **sobrecarta** (fora dos envelopes).

6.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Razão Social: _____
Envelope nº 1 - Proposta
Pregão para Registro de Preços nº 109/2024
Processo nº 1.790/2024
Telefone e e-mail:

Razão Social: _____
Envelope nº 2 - Habilitação
Pregão para Registro de Preços nº 109/2024
Processo nº 1.790/2024
Telefone e e-mail:

6.3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

6.4 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado, salvo se houver alteração publicada em mídia impressa ou eletrônica com nova data de abertura.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

7.2 - Após o credenciamento serão acolhidos os envelopes dos interessados, após início da abertura dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

7.3 – Em havendo participação de Micro e Pequenas Empresas no procedimento licitatório serão cumpridas as determinações da Lei Complementar 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

7.3.1 - Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

a) Pensando no desenvolvimento local, econômico e social, será dada preferência as micro e pequenas empresas locais.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos art. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

7.4 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

7.4.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se à correção no caso de eventual erro, tomando-se como corretos os preços unitários os quais jamais serão alterados. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.4.2 - Uma vez apresentadas dentro dos requisitos deste edital, as propostas serão consideradas válidas e não serão desclassificadas a pedido do proponente, podendo ser objeto de análise posterior ao encerramento da sessão, em processo administrativo



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

próprio, no que fica sujeito o proponente inclusive a aplicação de multas e demais sanções, nos termos do art. 155 da lei 14.133/2021 e decreto municipal 3.229/2023.

7.5 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de **menor preço** e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os maiores percentuais de desconto, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- c) Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do **caput** deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **caput** deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço – menor percentual - e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.6.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

7.7 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço – maior percentual de desconto.

7.8 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

7.9 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.11 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.11.1 Em conformidade com o art. 82, inciso VII da lei 14.133/2021, os demais participantes que aceitarem cotar o mesmo preço da primeira colocada, deverão encaminhar proposta ajustada, para registro desta Administração.

7.12 – O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.13 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

7.14. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.14.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.14.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.14.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.15. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.16 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, quando for necessária a verificação por meio eletrônico ou outro meio que não prejudique a administração pública.

7.16.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.16.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo



apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.16.3 - Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da lei 14.133/2021 e decreto municipal 3.229/2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.17 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.17.1 – Declarada habilitada, o pregoeiro poderá solicitar a empresa vencedora, amostras dos produtos ganhos e a mesma, terá no máximo de 05 (cinco) dias para apresentação das amostras, iniciando-se o prazo ao término da sessão.

7.17.2 – A não apresentação das amostras acarretará em desclassificação da empresa, chamando-se a segunda colocada, conforme item 7.14.

7.18 - Se a oferta não for aceitável, ou se o produto for reprovado, ou ainda se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

7.19 – A documentação, relativa à habilitação do vencedor, serão parte integrante do processo, sendo que os envelopes nº 2 dos demais participantes serão mantidos na administração ou devolvidos aos licitantes, na sessão.

VIII. DOS RECURSOS

8.1. Do credenciamento, do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação do licitante, caberá recurso, cuja intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, podendo o interessado no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar as razões do recurso. As licitantes presentes serão questionadas sobre a intenção de recurso ao final da sessão e, caso não manifestem imediatamente este interesse, precluirão deste direito e será dada continuidade à sessão.

8.1.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no item 8.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da lei 14.133/2021, da ata de julgamento;

8.2. A apresentação de contrarrazões dos demais licitantes ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente.

8.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua



motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Cambará/PR.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência do direito da licitante, podendo a autoridade adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal, procederá à homologação deste Pregão.

IX. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de impugnação.

9.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

9.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

X. DA CONVOCAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o procedimento pela autoridade superior e transcorrido o prazo de recursos, as licitantes vencedoras serão convocadas para assinar a ARP, no prazo de 10 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

10.6. Os itens, objeto deste Pregão e posteriormente da Ata assinada entre as partes serão adquiridos



conforme necessidade da Administração e seus órgãos vinculados conforme sua necessidade, com a devida solicitação da autoridade competente e emissão da Ordem de Compra pelo setor competente.

XI. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação mesmo que parcial para o fornecimento dos itens objeto deste edital sob pena de aplicação das penalidades à empresa que estiver em desacordo.

XII - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

12.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

XIII. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

13.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

13.1.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2. e 13.1.3. do caput será formalizado por despacho fundamentado, assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.3. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

13.3.1. por razão de interesse público; ou

13.3.2. a pedido do fornecedor.

XIV- DAS CONTRATAÇÕES

14.1 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidades interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da lei nº 14.133/2021.

XV – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 - Os fornecedores deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do

objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.



15.2 - Na hipótese de a contratação decorrente deste procedimento licitatório vir a se tornar elegível para financiamento do Banco Mundial, no âmbito do PROREDES-BIRD, deverão ser atendidas, além da legislação nacional, as regras específicas do Banco para prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos do Empréstimo durante a preparação e execução dos projetos financiados pelo Banco, ficando estabelecido que:

15.2.1- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2.2- Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato
- e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, este Banco imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 - Considerando os propósitos destas cláusulas, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA E DA ENTREGA DO OBJETO

16.1 A Contratada deverá fornecer os objetos em acordo com a Especificações constante no Item 1 deste Termo de Referência.

16.2 A Contratada deverá efetuar a entrega do produto de acordo com a necessidade da Administração.

16.2.1 O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do empenho.



16.3 A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

16.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

16.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às Secretarias, em decorrência da entrega dos produtos, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

16.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

16.7 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

16.8 A empresa fornecedora dos bens deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Conforme as recomendações do Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

16.9 A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos produtos.

16.9.1. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

XVII. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

17.1 A Administração Pública obrigar-se-á:

- a) Proporcionar à EMPRESA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente registro, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas deste edital;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato/Ata de Registro de Preço, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar a EMPRESA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato/Ata de Registro de Preço.
- d) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto desta licitação, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados pelas Portarias nº 128/2023 e 305/2022 respectivamente;
- e) Comunicar a EMPRESA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato/Ata de Registro de Preço, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- f) Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas.

XVIII. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 A responsabilidade pela gestão do contrato/ata de registro de preço será da Secretário Municipal de Educação e Cultura.

18.2 A responsabilidade pela fiscalização do contrato será das servidoras:

SMS – Maria Jacqueline R. S. Bernardelli
SMEC - Patrícia Aparecida Gonçalves Gobbes
SMICTAI Angélica Cristina Cordeiro Moreira



SMEL - Tatiane Gloria de Andrade
SMIH - Lucien Rigonatti Siqueira
SMAMA - Flávia A. Destefani
SMA - Maria Aparecida Cachatore
Gabinete – Rosilene Aparecida Santiago

18.3 Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal (is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4 Modelo de gestão:

18.4.1 Acompanhamento da Execução do Contrato

18.4.1.1 Controle de Qualidade

a) Os fiscais técnicos realizarão inspeções nas entregas para verificar se os produtos de panificação atendem às especificações estabelecidas no contrato, tais como:

- Textura, frescor e validade dos produtos;
- Embalagens e condições de transporte;
- Pesos e medidas, conforme estabelecido.

b) Qualquer inconformidade deverá ser registrada em relatórios de inspeção e comunicada imediatamente ao Gestor do Contrato e à Contratada para correção.

18.4.1.2. Acompanhamento das Entregas

a) O Fiscal Administrativo verificará se as entregas estão sendo realizadas nos prazos estipulados, conforme cronograma previamente acordado. Ele deverá manter um controle atualizado de todas as entregas, com os seguintes registros:

- Data e horário de cada entrega;
- Quantidades entregues;
- Local de entrega.

b) Caso sejam detectados atrasos, o Fiscal Administrativo notificará a Contratada para que sejam adotadas as devidas providências.

18.4.1.3. Monitoramento da Documentação

a) O Fiscal Administrativo deverá conferir as notas fiscais emitidas pela Contratada, garantindo que as mesmas estejam corretas e de acordo com os produtos entregues. O acompanhamento das notas fiscais servirá como base para autorizar o pagamento.

18.4.2 Comunicação entre as Partes



a) A comunicação oficial entre o Gestor do Contrato, os fiscais e a Contratada deverá ser feita preferencialmente por meio de ofícios ou por plataforma eletrônica oficial, com registro formal de todas as orientações e notificações. Eventuais ajustes ou correções solicitadas devem ser documentadas.

18.4.3 Relatórios de Acompanhamento

18.4.3.1. Relatórios Mensais

a) O Gestor do Contrato deverá elaborar relatórios mensais sobre a execução do contrato, com base nos registros feitos pelos fiscais técnicos e administrativos. Esses relatórios devem incluir:

- Avaliação da conformidade dos produtos entregues;
- Registro de eventuais ocorrências ou irregularidades;
- Acompanhamento dos prazos e volumes entregues.

18.4.3.2. Relatório Final

a) Ao término do contrato, o Gestor deverá elaborar um Relatório Final, consolidando as informações coletadas durante toda a vigência contratual, destacando o desempenho da Contratada e eventuais melhorias para futuros contratos.

XIX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.2 – Por ocasião da entrega e prestação de serviços, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

19.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XX - DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega contra-apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada pelo empenho, devidamente atestada pelo contratante e obrigatoriamente acompanhada das certidões negativas (CND de INSS e CRF do FGTS e CNDT).

20.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, sendo que o prazo estabelecido no item anterior será reiniciado após a reapresentação.

20.3 - Os produtos destinados à Secretaria de Assistência Social deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ: 12.334.190/0001-62, endereço: Rua Coronel Leônicio de Castro nº 751, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

20.4 - Os produtos destinados à Secretaria de Saúde deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ: 09.335.385/0001-12 – Centro – CEP: 86.390-000 – Cambará – PR.

20.5 - Os produtos destinados às demais Secretarias deverão ter a Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ – CNPJ: 75.442.756/0001-90, endereço: Avenida Brasil, nº 1229, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

20.6 – O contratado prestador de serviço e/ou fornecedor de bens deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, devendo destacar o IR no documento fiscal conforme Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal 2981/2022. Bem como deverá observar a legislação deste município referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando for o caso.

20.6.1 – Cabe ao contratado comprovar qualquer situação especial para não incidência, seja ela decorrente do enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma, condição excepcional observada pela norma federal.

20.7 – A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

20.8 No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

XXI. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 3.229/2023.

21.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

21.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da



Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

21.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

21.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo da concorrência, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.2.3.2. A sanção prevista no item 23.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Cambará, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

21.3.1. Para as infrações previstas no item 23.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.3.2. Para as infrações previstas no item 23.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



21.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

21.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Concorrência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.10 - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, o atraso na entrega do objeto contratado implica, no pagamento pela contratada, de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratado, isentando-se, a CONTRATANTE, do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

XXII - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1 - Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2 – Após período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, poderá a Administração reajustar o valor registrado em conformidade com o índice de INPC ou outro índice que for mais vantajoso para a Administração Pública.

XXIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. Os itens não cotados e considerados desertos, a critério da Administração, poderão ser dispensados, desde que atendidas às condições legais.

23.3. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

23.4. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o pregoeiro, fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

23.5. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local indicado na mesma, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas.

23.6. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

23.7. Ao Prefeito Municipal fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros.

23.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.8.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.9. Não há a possibilidade de preços distintos para o mesmo item nesta licitação.

23.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.14. A sessão de pregão presencial será gravada;

23.15. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme o artigo 82, inc. VIII, da Lei 14.133/2021.

23.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Comarca de Cambará estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.18. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo pregoeiro, que utilizará como referência para solução dos casos omissos a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/21 e suas alterações e posicionamentos majoritários dos Tribunais.

Cambará, 16 de dezembro de 2024.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

JOSE SALIM HAGGI NETO
PREFEITO



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

LOTE 1 (AMPLA CONCORRENCIA) – O item abaixo é referente à cota de 75%, conforme Art. 48, III, da LC 123/2006 – bem divisível.

Valor Máximo do Lote: 68.631,75 (sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
105340	423	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	162,25	68.631,75

LOTE 2 (EXCLUSIVO PARA MEI/ME E EPP - LOCAL)

Valor Máximo do Lote: 112.209,43 (cento e doze mil, duzentos e nove reais e quarenta e três centavos)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
105336	27	PACOTE	Canudo descartável flexível. Pacote com 100 unidades.	6,99	188,73
105337	63	CAIXA	Coador descartável café, material papel, tamanho 103, características adicionais dupla costura, celulose, isento de impureza, em caixas contendo no mínimo 30 unidades.	4,99	314,37
105338	45	PACOTE	Colher descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.	4,49	202,05
105339	430	PACOTE	Colher para refeição, descartável, medidas (20x50), c/ 50 unidade.	5,99	2.575,70
105341	60	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 50 ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 50 pacotes de 100 unidades.	74,75	4.485,00
105342	230	PACOTE	Embalagem de pote plástico descartável com tampa 500 ml - Pacote com 25 unidades	21,99	5.057,70
114566	700	PACOTE	Fecho de arame encapado metalizado - amarrilho para embalagens, medindo no mínimo 10 cm – pacote com 100 unidades	6,00	4.200,00
105343	30	PACOTE	Garfo descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.	5,19	155,70
105344	23	PACOTE	Garfo plástico descartável para refeição, branco ou transparente material	4,99	114,77



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
 CNPJ 75.442.756/0001-90
 www.cambara.pr.gov.br
 Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

			poliestireno; dimensões comprimento 164 mm, largura dos dentes 25 mm e espessura 1,3 mm. Pacote com 50 unidades.		
114521	590	PACOTE	Guardanapo de papel tipo "refeição - pequeno". Pacote com 50 GUARDANAPOS DE PAPEL 20cm x 23cm CADA, Na cor branco. Não reciclável 100% fibras naturais.	3,19	1.882,10
114520	20	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho G	25,90	518,00
114519	15	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho M	25,90	388,50
114518	15	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho P.	25,90	388,50
105346	5	CAIXA	Luva descartável de polietileno, inodoro e incolor, caixa com 100 unidades, tamanho único	3,29	16,45
105349	40	CAIXA	Luva latex de procedimento, não estéril. Caixa com 100 unidades, tamanho G , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível	31,50	1.260,00
105348	115	CAIXA	Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho M , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível	31,50	3.622,50
105347	25	CAIXA	Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho P, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível	31,50	787,50
105351	150	CAIXA	Marmita sem divisória com tampa 750ml em alumínio, fechamento manual, retangular - caixa com 100 unidades.	74,00	11.100,00
105350	150	CAIXA	Máscara cirúrgica descartável com tripla camada de proteção - caixa com 50 unidades	10,00	1.500,00
105352	33	PACOTE	Palito de churrasco 25 cm - Pacote com 100 unidades.	3,49	115,17
105353	40	CAIXA	Palito de dente, madeira resistente , embalagem caixa com 100 unidades, comprimento aproximado 6cm , roliço, pontiagudo.	1,39	55,60
105354	230	ROLO	Papel alumínio resistente em rolo com 45 cm de largura e 7.5 m de comprimento.	7,99	1.837,70
112495	30	UND	Papel Manteiga; uso culinário; resistente ao calor; rolo com 30 cm x 7,5 m	6,40	192,00
105377	120	ROLO	Plástico Filme Pvc p/ Embalar Conservar Congelar p/ Cozinhas Restaurantes Rolo 28cm X 100m -Embalagem Descartável	8,99	1.078,80
105355	12	CAIXA	Pote descartável, poliestireno, sobremesa ,	8,99	107,88



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

			capacidade 100ml, cor branca ou transparente caixa com 25 pacotes de 100 unidades.		
105356	30	PACOTE	Prato em plástico, descartável, raso, com no mínimo 20cm de diâmetro, c/ 10 unidades.	3,99	119,70
105357	112	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 20 cm x 35 cm (Larg. X Alt.), capacidade de aproximadamente 2kg, bobina com 500 unidades.	22,99	2.574,88
105358	125	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 35 cm x 50 cm (Larg. X Alt.), capacidade de aproximadamente 8 kg, bobina com 500 unidades.	63,99	7.998,75
105359	180	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 40 cm x 60 cm (Larg. X Alt.), capacidade de aproximadamente 10kg, bobina de 500 unidades.	87,62	15.771,60
105376	50	PACOTE	Saco Plástico PE 12 x 30 cm 0,004 mm para coleta de amostra de Alimentos com Tarja Estéril com 100 saquinhos. Características : - Medidas : 12x30 cm- Espessura: 0,004 mm- Com tarja Estéril para identificação.	13,19	659,50
114565	700	PACOTE	Saco plástico reforçado tipo cristal medindo 30x40 - pacote com 100 unidades	16,49	11.543,00
105363	30	PACOTE	Sacos para Geladinho. Tamanho 4x23cm. Embalagem com no mínimo de 95 saquinhos.	2,69	80,70
105364	125	PACOTE	Saquinho para pipoca, de papel, cor branca, 08 cm largura x 14 cm comprimento, pacotes com 100 unidades.	4,99	623,75
105365	55	PACOTE	Saquinho plástico para cachorro-quente na cor branca, medidas: 20 x 15 cm, c/ 100 unidades.	4,66	256,30
92032	22	CAIXA	TAMPA PARA COPO DESCARTÁVEL, POLIESTIRENO, SOBREMESA CAPACIDADE 100ML, COR BRANCA OU TRANSPARENTE, CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES.	225,99	4.971,78
105367	225	CAIXA	Touca descartável; confeccionada a base de não tecido, hipoalergênico, gramatura mínima de 20g/m ² ; formato anatômico;	11,50	2.587,50



			sanfonada; medindo 26 cm de diâmetro e aberto medindo 46 cm aproximado; com ventilação adequada, com elástico em toda a extensão. Cx. Com 100 unidades.		
O item abaixo é referente à cota de 25%, conforme Art. 48, III, da LC 123/2006.					
105340	141	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml , frisos e saliência na borda , cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	162,25	22.877,25

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

- a) Canudo descartável flexível. Pct com 100 unidades.
- b) Coador descartável café, material papel, tamanho 103, características adicionais dupla costura, celulose, isento de impureza, em caixas contendo no mínimo 30 unidades.
- c) Colher descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.
- d) Colher para refeição, descartável, med: (20x50), c/ 50 unidade.
- e) Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml , frisos e saliência na borda , cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades
- f) Copo descartável, poliestireno, capacidade 50 ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.
- g) Garfo plástico descartável para refeição, branco ou transparente material poliestireno; dimensões comp 164 mm, larg dos dentes 25 mm e espessura 1,3 mm. Pct com 50 unidades.
- h) Guardanapo de papel tipo "refeição - pequeno". Pacote com 50 GUARDANAPOS DE PAPEL 20cm x 23cm CADA, Na cor branco. Não reciclável 100% fibras naturais.
- i) Palito De Dente, Madeira Resistente , Embalagem Caixa Com 100 Unidades, Comprimento Aproximado 6cm , Roliço, Pontiagudo.
- j) Papel Alumínio Resistente Em Rolo Com 45 Cm De Largura E 7.5 M De Comprimento.
- k) Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 20 cm x 35 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 2kg, pacote com 500 unidades.
- l) Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 35 cm x 50 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 8 kg, pacote com 500 unidades.



- m) Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 40 cm x 60 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 10kg, pacote de 500 unidades.
- n) Embalagem de pote plástico descartável com tampa 500ml - Pacote com 25 und.
- o) Marmita sem divisória com tampa 750ml em alumínio, fechamento manual, retangular - cx com 100 unidades
- p) Tampa Para Copo Descartável, Poliestireno, Sobre mesa Capacidade 100ml, Cor Branca Ou Transparente, Caixa Com 25 Pacotes De 100 Unidades.
- q) Touca Descartável; Confeccionada A Base De Nao Tecido, Hipoalergenico, Gramatura Minima De 20g/M2; Formato Anatômico; Sanfonada; Medindo 26 Cm De Diâmetro E Aberto Medindo 46 Cm Aproximado; Com Ventilacao Adequada, Com Elastico Em Toda A Extensao. Cx. Com 100 Unidades
- r) Prato em plástico, descartavel, raso, com no mínimo 20cm de diâmetro, c/ 10 unidades
- s) Pote descartável, poliestireno, sobre mesa , capacidade 100ml, cor branca ou transparente caixa com 25 pacotes de 100 unidades.
- t) Sacos para Geladinho. Tamanho 4x23cm. Embalagem c/ 95 saquinhos.
- u) Saquinho para pipoca, de papel, cor branca, 08 cm largura x 14 cm comprimento, pacotes com 100 unidades.
- v) Saquinho plástico para cachorro-quente na cor branca, medidas: 20 x 15cm, c/ 100 unidades.
- w) Garfo descartável para sobre mesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.
- x) Máscara cirúrgica descartável com tripla camada de proteção - caixa com 50 und.
- y) Luva descartavel de polietileno, inodoro e incolor, caixa com 100 unidades, tamanho único.
- z) Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho P, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível
- aa) Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho M , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível



- bb) Luva latex de procedimento, não estéril. Caixa com 100 unidades, tamanho G , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível
- cc) Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho P
- dd) Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó embalagem contendo 100 unidades, tamanho M.
- ee) Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó embalagem contendo 100 unidades, tamanho G.
- ff) Palito de churrasco tamanho médio. Pacote com 50 unidades.
- gg) Plástico filme pvc p/ embalar conservar congelar p/ cozinhas restaurantes rolo 28cm x 100m – embalagem descartável
- hh) Papel Manteiga; uso culinário; resistente ao calor; rolo com 30 cm x 7,5 m
- ii) Saco Plástico PE 12 x 30 cm 0,004 mm para coleta de amostra de Alimentos com Tarja Estéril com 100 saquinhos. Características : - Medidas : 12x30 cm- Espessura: 0,004 mm- Com tarja Estéril para identificação.
- jj) Saco plástico reforçado tipo cristal medindo 30x40 - pacote com 100 unidades
- kk) Fecho de arame encapado metalizado - amarelo para embalagens, medindo no mínimo 10 cm – pacote com 100 unidades

2 – NATUREZA DO OBJETO

- () Serviço de terceiros - pessoa jurídica;
- () Serviço de terceiros - pessoa física;
- () Material permanente;
- (x) Material de consumo;

3 – QUANTITATIVOS

A quantidade dos materiais descartáveis das Secretarias solicitantes foi baseada na demanda de consumo dos últimos 12 meses através de relatórios do Elotech.

Lote 01 – Ampla Concorrência



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Descrição	SMS	SMEC	SMICTAI	SMEL	SMAMA	SMA	Gabinete	SMIU	SMAS	Total
Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml , frisos e saliência na borda , cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades	270	150	04	12	06	40	10	52	20	564

Lote 02 - Exclusivos para MEI/ME E EPP LOCAL

Descrição	SMS	SMEC	SMICTAI	SMEL	SMAMA	SMA	Gabinete	SMIU	SMAS	Total
Canudo descartável flexível. Pct com 100 unidades.	02	20							05	27
Coador descartável café, material papel, tamanho 103, características adicionais dupla costura, celulose, isento de impureza, em caixas contendo no mínimo 30 unidades.					03	30	10		20	63
Colher descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50unidades.	05	20							20	45
Colher para refeição, Descartavel, med: (20x50), c/ 50 unidade.	400	10							20	430
Copo descartável, poliestireno, capacidade 50 ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	25	5	02	01		15	02		10	60
Garfo plástico descartável para refeição, branco ou transparente material poliestireno; dimensões comp 164 mm, larg dos dentes 25 mm e espessura 1,3 mm. Pct com 50 unidades.	03	10							20	33



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
 CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
 Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Guardanapo de papel tipo "refeição - pequeno". Pacote com 50 GUARDANAPOS DE PAPEL 20cm x 23cm CADA, Na cor branco. Não reciclável 100% fibras naturais.	300	220				20			50	590
Palito De Dente, Madeira Resistente , Embalagem Caixa Com 100 Unidades, Comprimento Aproximado 6cm , Roliço, Pontiagudo.	30								10	40
Papel Alumínio Resistente Em Rolo Com 45 Cm De Largura E 7.5 M De Comprimento.	150	50							30	230
Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 20 cm x 35 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 2kg, pacote com 500 unidades.	30	70							12	112
Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 35 cm x 50 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 8 kg, pacote com 500 unidades.	15	100							10	125
Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 40 cm x 60 cm (Larg. x Alt.), capacidade de aproximadamente 10kg, pacote de 500 unidades.	80	80							20	180
Embalagem de pote plástico descartável com tampa 500ml - Pacote com 25 und.	50	180								230
Marmita sem divisória com tampa 750ml em alumínio, fechamento manual, retangular - cx com 100 unidades	150									150



Tampa Para Copo Descartável, Poliestireno, Sobremesa Capacidade 100ml, Cor Branca Ou Transparente, Caixa Com 25 Pacotes De 100 Unidades.	10	02							10	22
Touca Descartável; Confeccionada A Base De Nao Tecido, Hipoalergenico, Gramatura Minima De 20g/M2; Formato Anatômico; Sanfonada; Medindo 26 Cm De Diâmetro E Aberto Medindo 46 Cm Aproximado; Com Ventilacao Adequada, Com Elastico Em Toda A Extensao. Cx. Com 100 Unidades	20	200							05	225
Prato em plástico, descartavel, raso, com no mínimo 20cm de diâmetro, c/ 10 unidades									30	30
Pote descartável, poliestireno, sobremesa, capacidade 100ml, cor branca ou transparente caixa com 25 pacotes de 100 unidades.		02							10	12
Sacos para Geladinho. Tamanho 4x23cm. Embalagem c/ 95 saquinhos.	10								20	30
Saquinho para pipoca, de papel, cor branca, 08 cm largura x 14 cm comprimento, pacotes com 100 unidades.	05	100							20	125
Saquinho plástico para cachorro-quente na cor branca, medidas: 20 x 15cm, c/ 100 unidades.	10	30							15	55
Garfo descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.		10							20	30
Máscara cirúrgica descartável com tripla camada de proteção - caixa com 50 und.		50							100	150
Luva descartavel de polietileno, inodoro e incolor, caixa com 100 unidades, tamanho único.									05	05
Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho P, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não esteril com pó bioabsorvível		25								25
Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho M, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não esteril com pó bioabsorvível		115								115
Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho G, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não esteril com pó bioabsorvível		40								40



Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho P	05	10								15
Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó embalagem contendo 100 unidades, tamanho M.	05	10								15
Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó embalagem contendo 100 unidades, tamanho G.	10	10								20
Palito de churrasco tamanho médio. Pacote com 50 unidades.	03								30	33
Plástico filme pvc p/ embalar conservar congelar p/ cozinhas restaurantes rolo 28cm x 100m – embalagem descartável	50	40							30	120
Papel Manteiga; uso culinário; resistente ao calor; rolo com 30 cm x 7,5 m	10								20	30
Saco Plástico PE 12 x 30 cm 0,004 mm para coleta de amostra de Alimentos com Tarja Estéril com 100 saquinhos. Características : - Medidas : 12x30 cm- Espessura: 0,004 mm- Com tarja Estéril para identificação.		50								50
Saco plástico reforçado tipo cristal medindo 30x40 - pacote com 100 unidades									700	700
Fecho de arame encapado metalizado - amarelo para embalagens, medindo no mínimo 10 cm – pacote com 100 unidades									700	700

4 – PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO

Ata de Registro de Preços, com validade de 12 meses.

5 – PRORROGAÇÃO

Sim, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, com base no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

6 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



Materiais descartáveis, em especial os copos descartáveis nas repartições públicas têm uma importância significativa em vários aspectos, tanto para a praticidade do dia a dia quanto para a saúde pública.

Nas repartições públicas, o fluxo de pessoas é geralmente alto, com servidores, visitantes e cidadãos circulando. Usar copos descartáveis facilita o acesso à água, café e chá sem a necessidade de lavagem e higienização constante, o que economiza tempo e recursos.

O uso de copos descartáveis minimiza o risco de contaminação cruzada, especialmente em ambientes compartilhados por muitas pessoas. A troca constante de copos ajuda a evitar a proliferação de bactérias ou vírus que podem ser transmitidos por contato indireto.

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde utiliza copos descartáveis em todos os seus setores e faz uso de outros materiais descartáveis no Setor de Nutrição, o uso de destes materiais no setor de nutrição hospitalar é uma prática comum que desempenha um papel crucial em garantir a segurança alimentar e a eficiência do serviço.

Em um ambiente hospitalar, a segurança e a higiene são prioridades absolutas, especialmente no preparo e distribuição de alimentos para pacientes que muitas vezes têm sistemas imunológicos comprometidos. Materiais descartáveis (como talheres, pratos, e copos) reduzem o risco de contaminação cruzada, já que são usados uma única vez e descartados.

Os descartáveis minimizam a chance de proliferação de bactérias e vírus, algo vital em um ambiente hospitalar. O uso de utensílios descartáveis é uma barreira eficaz contra infecções hospitalares, que podem ser transmitidas por utensílios reutilizáveis inadequadamente higienizados, desta forma se justifica a presente contratação.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação possui cinco Escolas, três Centros de Educação Infantil Municipais e dois Centros de Educação Infantil filantrópicos, dos quais é responsável por fornecer os itens de descartáveis. Esses produtos são necessários para acondicionar alimentos para amostragem diariamente, frutas, carnes, além de máscaras, luvas, touca, que são utilizados pelas merendeiras para manter a higiene e segurança dos produtos durante seu preparo.

Considerando a alimentação como um direito social, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal Brasileira, devendo o poder público adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população em idade escolar.

Essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de fornecimento de produtos descartáveis, utilizados no preparo e acondicionamento da merenda escolar, ofertada nas escolas e creches da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2025, conforme preceitua a legislação vigente. A presente aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do Município de Cambará, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde



àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

A Secretaria Municipal de Assistência Social oferta aos munícipes os serviços pautados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. Desenvolvendo, paralelamente, as atividades administrativas inerentes a um órgão gestor municipal da assistência social, para manutenção de tais serviços.

Considerando os veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social e as atividades e oficinas desenvolvidas nas unidades como o CRAS, o CREAS, o Conselho Tutelar, os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Centro de Ações de Assistência Social e Centro de Ações Lazer, antigo Centro do Idoso), é essencial identificar suas necessidades específicas, incluindo a demanda por Material Descartável para garantir o desenvolvimento eficaz e qualitativo dos serviços ofertados à comunidade.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma oferta cuja responsabilidade do município fora pactuada junto ao Governo Federal, no qual pessoas em situação de vulnerabilidade social têm a oportunidade de frequentar um ambiente de convivência saudável e criativo. Para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a Secretaria conta com: Centro de Ações Esportivas Socio Cultural – CAL (Centro de Ações Lazer) e CAAS (Centro de Ações da Assistência Social). Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve ainda, prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

Nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e são ofertados aos usuários oficinas de dança, artesanato, bordados, inclusão digital, violão, atividades esportivas, manicure, pedicure, cabelo – corte e escova, maquiagem, alongamento de cílios, sobrancelhas, culinária.

Os usuários atendidos são:



Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social:

- a) Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- b) Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- c) Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- d) Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Além de famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- e) Violência física, psicológica e negligência;
- f) Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- g) Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- h) Tráfico de pessoas;
- i) Situação de rua e mendicância;
- j) Abandono;
- k) Vivência de trabalho infantil;
- l) Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- m) Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar.

O CRAS é uma unidade pública estabelecida no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é parte integrante da rede socioassistencial do município. Ele tem como objetivo principal fornecer serviços de assistência social de forma descentralizada. No CRAS, são oferecidos diversos serviços e programas socioassistenciais destinados a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social. Esses serviços visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir situações de fragilidade e promover o acesso a direitos socioassistenciais. As principais atividades desenvolvidas envolvem: Atendimento Social; Cadastro Único; Encaminhamentos para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de



Vínculos (SCFV); Programas de Transferência de Renda; Benefícios Eventuais; e Encaminhamentos para Serviços Especializados. O CRAS desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e na garantia dos direitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Sua atuação é pautada pelos princípios da universalidade, da integralidade, da descentralização, da participação social e da territorialização, buscando atender às demandas específicas da comunidade e promover o desenvolvimento humano e social.

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) é outro componente essencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele é responsável por oferecer serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos, como violência doméstica, abuso sexual, negligência, exploração sexual, entre outras formas de violação. No CREAS é realizada intervenção em situações de maior complexidade e gravidade, nas quais os direitos dos indivíduos e famílias estão sendo violados ou ameaçados. Seu objetivo principal é promover o enfrentamento das situações de violência e violação de direitos, visando à proteção e à garantia da integridade física, psicológica e social dos usuários atendidos. As principais atribuições do CREAS são a Acolhida e Atendimento Especializado; Acompanhamento Psicossocial; Elaboração de Planos de Atendimento; Encaminhamento para Rede de Serviços Especializados; Articulação Intersetorial. O CREAS atua em estreita articulação com outros equipamentos da rede socioassistencial, como o CRAS, os serviços de saúde, educação, segurança pública, justiça, entre outros, buscando promover uma abordagem integral e multidisciplinar no enfrentamento das situações de violação de direitos. Sua atuação é pautada pelos princípios da integralidade, da territorialidade, da resolutividade, do sigilo e da não discriminação, visando à promoção da dignidade e dos direitos humanos dos usuários atendidos.

A Casa Lar Aconchego compõe a Rede Municipal do Sistema Único de Assistência Social, garantindo a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O atendimento prestado na unidade é de período integral, oferecendo às crianças e adolescente acolhidos cuidados básicos como alimentação, abrigo, atendimento psicossocial, incentivo a boas práticas de higiene pessoal das crianças e adolescentes, dentre outros. Para tal, a Secretaria conta com uma casa, cuidadores durante todos os dias e noites, equipe técnica, estrutura física, mobília, eletrodomésticos, roupas, alimentação, itens de higiene pessoal, dentre outros. Ademais, por se tratar de uma casa que acolhe crianças e adolescentes em idades que variam entre 0 a 17 anos 11 meses e 29 dias, e que normalmente permanecem lá por vários meses ou até anos, vê-se a necessidade de se fortalecer o vínculo à sociedade, fazendo com que estes se sintam parte do todo.

Por todo exposto, a Secretaria Municipal de Assistência Social necessita do registro de preço de materiais descartáveis que servirão de insumos para as oficinas, atividades e serviços ofertados, garantindo o desenvolvimento dos trabalhos e atividades durante o ano, seja na distribuição de hortifrúti às famílias referenciadas, seja nos eventos temáticos promovidos, no



cuidado com o preparo e com o acondicionamento de alimentos na Casa Lar Aconchego, dentre outros.

Considerando que a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Agronegócio e Inovação, promoverá várias capacitações no município no final do ano de 2024 e para o ano de 2025, a fim de cumprir com as atribuições da pasta que é estimular o fortalecimento da Indústria, por meio do programa de capacitação de gestores e também prover qualificação de mão de obra para alimentar a necessidade de contratação dessas e promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos munícipes. Ainda serão realizados eventos de capacitação de gestão empresarial para o comércio em geral, focando especialmente aos MEIs – Microempreendedores individuais que hoje é categoria que representa 8% da população de Cambará, para que tenham sustentabilidade econômica e possam crescer desenquadrando dessa categoria, oportunizando maior geração de emprego e renda local. A Secretaria também tem um programa de Pré-incubação de ideias de negócios, o qual terá em seu cronograma várias atividades desenvolvidas em vários encontros. A Secretaria também coordena o Programa de Agricultura Sustentável que possui encontro técnico coletivo mensal. A Secretaria possui departamentos que possuem serviços de atendimento à população como: a Agência do Trabalhador e Sala do Empreendedor. Posto isso, justifico a necessidade de provermos de copos descartáveis para o consumo de água e café.

Considerando que apresente aquisição visa fornecer materiais descartáveis para a Secretaria de Esporte e Lazer. Essa solicitação é essencial devido à realização de diversos eventos esportivos ao longo do ano, como jogos escolares, campeonatos, torneios amistosos, entre outros. Além disso, atende à demanda dos alunos do Projeto Esporte Cidadão, que participam de aulas nas modalidades de Voleibol, Vôlei Adaptado, Futsal, Tênis de Mesa, Xadrez, Dança e Ginástica.

Durante o ano, promovemos formações para professores com o objetivo de aprimorar a prática pedagógica dos educadores de Educação Física, enfatizando a importância de aulas de qualidade para garantir bons resultados ao longo do ano. Também realizamos reuniões para discutir sobre jogos municipais, escolares, estaduais, campeonatos, torneios e amistosos, envolvendo profissionais capacitados na área.

A compra de copos descartáveis de 180ml e 50ml destina-se ao uso dos servidores, visitantes e alunos participantes dos projetos da Secretaria de Esporte. Considerando que a Secretaria recebe água em garrafões de 20 litros e possui dois bebedouros nos ginásios esportivos "Ginásio 21 de Setembro" e "Ginásio Parque Alambari II", este material é fundamental para garantir o consumo com praticidade e higiene adequadas.

Portanto, é imprescindível realizar o processo licitatório para assegurar que possamos continuar atendendo satisfatoriamente às necessidades dos nossos alunos, professores, servidores e visitantes.

Considerando que a presente aquisição visa fornecer materiais descartáveis para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana. Essa solicitação é essencial devido à utilização dos



servidores municipais desta secretaria para se manterem devidamente hidratados diariamente fazendo-se necessário a utilização de copos descartáveis.

Esta Secretaria possui alguns locais diversificados dentro do município onde há necessidade de utilização de copos descartáveis, como citados abaixo:

Na garagem municipal estão lotados a maioria dos servidores, entre motoristas, operadores de máquinas, agentes de manutenção e Diretor que necessitarão de hidratação contínua sabendo-se das características de seus trabalhos que são em ambientes abertos, em exposição à radiação solar, à alta temperaturas diante do clima, etc;

Na Casa de Velórios Municipal possui uma servidora municipal responsável pela manutenção da limpeza desta casa e servidores de manutenção da praça ao redor desta, entretanto é um local de livre acesso à população tanto cambaraense como de outros municípios. Dessa forma, utiliza-se quantidade expressiva de copos descartáveis em dias que são realizados velórios;

Na Rodoviária Municipal possuem características semelhantes, isto é, uma servidora responsável pela limpeza e um servidor pela manutenção da praça e do jardim pertencente neste local, além do fluxo livre de munícipes;

No Cemitério Municipal possui 4 servidores responsáveis pela manutenção deste local e pelos sepultamentos fazendo-se necessário suas devidas hidratações. Porém também fica aberto para visitação de munícipes que podem utilizar copos descartáveis;

Na sede da Prefeitura Municipal, onde também possuem alguns servidores, Diretores e Secretário, utilizam diariamente copos descartáveis para beberem água.

Portanto, é imprescindível realizar o processo licitatório para assegurar que seja possível continuar executando com eficiência as atribuições de cada servidor e continuar atendendo com amplamente as pessoas que necessitem dos serviços públicos, pois a hidratação é essencial para o bom funcionamento do organismo humano tanto físico como mental.

Considerando que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente tem como missão atender agricultores, técnicos e funcionários que realizam atividades essenciais para o desenvolvimento sustentável e econômico da nossa região. Durante o atendimento ao público e a realização de reuniões, é de praxe oferecer café aos presentes, garantindo um ambiente acolhedor e confortável.

A compra de copos descartáveis visa facilitar o atendimento de forma prática e higiênica, especialmente em eventos com grande fluxo de pessoas, onde o uso de utensílios reutilizáveis não é viável devido à logística de limpeza e sanitização.

O coador de café é igualmente necessário, visto que o preparo de café é parte do atendimento diário da secretaria, tanto para os servidores quanto para os agricultores que visitam o local. Tal item garante o adequado funcionamento dos serviços internos.



Assim, a aquisição desses materiais é fundamental para assegurar o bom atendimento e o suporte aos agricultores e técnicos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sem causar interrupções no serviço diário e com uma solução econômica e funcional.

Considerando que a Secretaria Municipal de Administração, assim como o Gabinete do Prefeito faz uso de objetos descartáveis, sendo essencial para manter o ambiente de trabalho adequado ao dia-dia dos servidores, mantendo a praticidade e o conforto. Materiais como copo descartáveis tanto para café quanto para a água são utilizados nesses setores sem exceções, uma vez que a Administração deve disponibilizar esse material para os servidores e municípios possam beber água e café disponíveis nas repartições municipais.

A aquisição dos materiais descartáveis visa à reposição do estoque para atendimento das demandas internas da Administração. Busca-se, ainda, garantir infraestrutura apropriada para o desenvolvimento das atividades das Secretarias solicitantes.

A presente contratação se dará por 02 lotes, visto que o item 105340 - Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml, ultrapassou o limite de R\$ 80.000,00 na estimativa de preços, por esse motivo não será possível incluí-lo no Programa Compra Paraná, este item será ofertado no **Lote 01** para **AMPLA CONCORRENCIA**, já os demais itens serão ofertados no **Lote 2**, sendo exclusivos para **MEI/ME E EPP LOCAL**.

Esclareço que os recursos orçamentários para a presente contratação serão o de 2025.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Trata-se de procedimento aquisitivo cujo objeto é a aquisição de materiais descartáveis para manutenção das atividades diárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Agronegócio e Inovação, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Secretaria Municipal de Administração e Gabinete do Prefeito

Da análise dos itens do presente Trecho de Referência, verifica-se que os itens descritos neste documento possuem correlação entre si, vez que se tratam de produtos descartáveis.

Sendo assim, não haverá restrição no universo de participantes, pois todos os itens, ainda que possuidores de especificidades, são comercializados por diversas empresas.

Considerando que não há inovação na presente contratação, a mesma se dará mediante: Pregão Presencial, com ARP válidas por 12 meses.

Desta forma, busca-se economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos materiais.



8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá ser realizada após avaliação da capacidade jurídica, fiscal, econômico-financeiro e qualificação técnica.

Quanto a Habilitação Jurídica:

- n) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

Quanto a Habilitação Fiscal:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

- o) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- p) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- q) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- r) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- s) Prova de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- t) Prova de regularidade trabalhista, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Quanto à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Consideramos que a apresentação da certidão de falência é suficiente para comprovar a saúde empresarial dos interessados uma vez que demonstram que a empresa não possui restrição judicial de ordem financeira.

Justificativa para a dispensa da exigência de balanço patrimonial em licitação exclusiva para ME e EPP

Conforme previsto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, o balanço patrimonial é um dos documentos que podem ser exigidos para comprovar a capacidade econômico-financeira das empresas em processos licitatórios. No entanto, o próprio ordenamento jurídico admite a flexibilização ou dispensa de tal exigência, desde que haja fundamentação adequada e seja observada a proporcionalidade em relação ao objeto da contratação.

Neste caso, trata-se de uma licitação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. Essa legislação visa a promover o tratamento diferenciado e favorecido para essas empresas, fomentando o desenvolvimento econômico e social, a criação de empregos e a competitividade no mercado.

A exigência de balanço patrimonial pode ser desproporcional para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, considerando que essas empresas, por seu porte, muitas



vezes não dispõem de uma estrutura contábil tão complexa quanto grandes empresas. O balanço patrimonial, que tem como objetivo demonstrar a saúde financeira da empresa, poderia acabar se tornando uma barreira excessiva para a participação dessas empresas em licitações públicas, especialmente quando o objeto da contratação não demanda uma comprovação robusta de capacidade econômico-financeira.

O objeto desta licitação não exige alto grau de investimento inicial nem envolve riscos financeiros consideráveis. Por isso, a apresentação de um balanço patrimonial não é estritamente necessária para garantir a capacidade das ME e EPP em executarem o contrato. O objetivo da contratação pode ser atingido por empresas com menor estrutura econômico-financeira, o que torna dispensável tal exigência.

A exigência de balanço patrimonial poderia reduzir significativamente a competitividade da licitação, uma vez que muitas ME e EPP podem não possuir a formalidade de manter balanço patrimonial nos moldes exigidos pela Lei nº 8.666/1993. Com a dispensa dessa exigência, ampliamos a participação de empresas, garantindo maior competitividade e, possivelmente, melhores propostas para a administração pública.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado no sentido de que as exigências de habilitação econômico-financeira devem ser proporcionais ao objeto do certame, a fim de evitar restrições indevidas à competitividade. O Acórdão nº 329/2010 – Plenário do TCU destacou que, especialmente em licitações de menor vulto, a exigência de balanço patrimonial pode ser dispensada. Além disso, o Acórdão nº 2618/2014 – Plenário do TCU reforça a necessidade de adequação das exigências de habilitação ao objeto da licitação.

A dispensa da exigência de balanço patrimonial permitirá maior inclusão de ME e EPP no certame, contribuindo para o fomento à economia local e cumprimento da política de incentivo às micro e pequenas empresas. Além disso, a Administração Pública poderá contar com um processo mais competitivo, o que tende a gerar propostas mais vantajosas em termos de qualidade e preço.

Diante dos argumentos expostos e com base no princípio da razoabilidade, a exigência de balanço patrimonial torna-se desnecessária nesta licitação exclusiva para ME e EPP. A dispensa desta obrigação é justificada pela natureza do objeto da contratação, pelos precedentes jurisprudenciais e pelos benefícios que tal medida trará à competitividade e à inclusão das empresas de pequeno porte, sem comprometer a segurança e a execução do contrato.

Quanto à qualificação técnica:

- b) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto da licitação, informando o produto entregue ou o serviço prestado.

O atestado de capacidade técnica é um documento elaborado por uma empresa privada ou algum órgão público para o qual o fornecedor já prestou serviço ou vendeu algum produto ou



bem, no passado. Ele serve para que o poder público comprove a capacidade e a qualidade dos fornecedores, gerando dessa maneira mais confiabilidade nas demandas que devem ser entregues.

9 – AMOSTRAS

Declarada habilitada, o pregoeiro poderá solicitar a empresa vencedora, amostras dos produtos ganhos e a mesma, terá no máximo de 05 (cinco) dias para apresentação das amostras, iniciando-se o prazo ao término da sessão.

A não apresentação das amostras acarretará em desclassificação da empresa, chamando-se a segunda colocada.

Se a oferta não for aceitável, ou se o produto for reprovado, ou ainda se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

10– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Entregar o produto licitado no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do empenho no local indicado pela secretaria solicitante.

A Nota Fiscal deverá conter o nº do empenho, e deverá anexar uma cópia deste documento junto a NF para conferência do Setor de Compras;

Não será aceito entrega parcial referente ao mesmo empenho.

,

A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos produtos.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

A empresa fornecedora dos bens deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Conforme as recomendações do Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

A contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11 – GESTOR E FISCAL (IS) DO CONTRATO

A Gestão ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação e Cultura - Francielli Axman Tavares Duarte

Ficam determinados os seguintes servidores conforme Portaria 128/2023, para atuarem como fiscais

SMS – Maria Jacqueline R. S. Bernardelli

SMEC - Patricia Aparecida Gonçalves Gobbes

SMICTAI Angélica Cristina Cordeiro Moreira

SMEL - Tatiane Gloria de Andrade

SMIH - Lucien Rigonatti Siqueira

SMAMA - Flávia A. Destefani

SMA - Maria Aparecida Cachatore

Gabinete – Rosilene Aparecida Santiago

12 – ATRIBUIÇÕES DO GESTOR E FISCAL (IS)

Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal (is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

Modelo de gestão:

Acompanhamento da Execução do Contrato

Controle de Qualidade

a) Os fiscais técnicos realizarão inspeções nas entregas para verificar se os produtos de panificação atendem às especificações estabelecidas no contrato, tais como:

- Embalagens e condições de transporte;
- Pesos e medidas, conforme estabelecido.

b) Qualquer inconformidade deverá ser registrada em relatórios de inspeção e comunicada imediatamente ao Gestor do Contrato e à Contratada para correção.

Acompanhamento das Entregas

a) O Fiscal Administrativo verificará se as entregas estão sendo realizadas nos prazos estipulados, conforme cronograma previamente acordado. Ele deverá manter um controle atualizado de todas as entregas, com os seguintes registros:



- Data e horário de cada entrega;
- Quantidades entregues;
- Local de entrega.

b) Caso sejam detectados atrasos, o Fiscal Administrativo notificará a Contratada para que sejam adotadas as devidas providências.

18.4.1.3. Monitoramento da Documentação

a) O Fiscal Administrativo deverá conferir as notas fiscais emitidas pela Contratada, garantindo que as mesmas estejam corretas e de acordo com os produtos entregues. O acompanhamento das notas fiscais servirá como base para autorizar o pagamento.

Comunicação entre as Partes

a) A comunicação oficial entre o Gestor do Contrato, os fiscais e a Contratada deverá ser feita preferencialmente por meio de ofícios ou por plataforma eletrônica oficial, com registro formal de todas as orientações e notificações. Eventuais ajustes ou correções solicitadas devem ser documentadas.

Relatórios de Acompanhamento

Relatórios Mensais

a) O Gestor do Contrato deverá elaborar relatórios mensais sobre a execução do contrato, com base nos registros feitos pelos fiscais técnicos e administrativos. Esses relatórios devem incluir:

- Avaliação da conformidade dos produtos entregues;
- Registro de eventuais ocorrências ou irregularidades;
- Acompanhamento dos prazos e volumes entregues.

Relatório Final

- a) Ao término do contrato, o Gestor deverá elaborar um Relatório Final, consolidando as informações coletadas durante toda a vigência contratual, destacando o desempenho da Contratada e eventuais melhorias para futuros contratos.

13– CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento seguirá o cronograma do departamento financeiro, sendo o pagamento realizado em até 30 dias do recebimento da Nota Fiscal no departamento, devidamente atestado (atestando a execução do serviço pelo responsável da Secretaria demandante).



O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções.

O pagamento se dará por depósito bancário, devendo para isto a contratada informar o número da conta corrente, da agência e do banco na nota fiscal.

As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após a data de sua apresentação válida;

Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações. Os valores da nota fiscal estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias na forma da Lei.

O contratado prestador de serviço e/ou fornecedor de bens deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, devendo destacar o IR no documento fiscal conforme Instrução Normativa RFB n 1234/2012 e Decreto Municipal 2981/2022. Bem como deverá observar a legislação deste município referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando for o caso.

Cabe ao contratado comprovar qualquer situação especial para não incidência, seja ela decorrente do enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma, condição excepcional observada pela norma federal.

A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

14 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- | | |
|--|---|
| (<input checked="" type="checkbox"/>) Pregão | (<input checked="" type="checkbox"/>) Menor Preço |
| (<input type="checkbox"/>) Dispensa | (<input type="checkbox"/>) Maior Desconto |
| (<input type="checkbox"/>) Concorrência | (<input type="checkbox"/>) Melhor Técnica |
| | (<input type="checkbox"/>) Técnica e Preço |

15 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

LOTE 1 - Valor Máximo do Lote: 68.631,75 (sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo	Valor Máximo
------	------------	---------	-----------	--------------	--------------



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

				Unitário	Total
105340	423	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml , frisos e saliência na borda , cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	162,25	68.631,75

LOTE 2 - Valor Máximo do Lote: 112.209,43 (cento e doze mil, duzentos e nove reais e quarenta e três centavos)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
105336	27	PACOTE	Canudo descartável flexível. Pacote com 100 unidades.	6,99	188,73
105337	63	CAIXA	Coador descartável café, material papel, tamanho 103, características adicionais dupla costura, celulose, isento de impureza, em caixas contendo no mínimo 30 unidades.	4,99	314,37
105338	45	PACOTE	Colher descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.	4,49	202,05
105339	430	PACOTE	Colher para refeição, descartável, medidas (20x50), c/ 50 unidade.	5,99	2.575,70
105341	60	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 50 ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 50 pacotes de 100 unidades.	74,75	4.485,00
105342	230	PACOTE	Embalagem de pote plástico descartável com tampa 500 ml - Pacote com 25 unidades	21,99	5.057,70
114566	700	PACOTE	Fecho de arame encapado metalizado - amarrilho para embalagens, medindo no mínimo 10 cm – pacote com 100 unidades	6,00	4.200,00



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

105343	30	PACOTE	Garfo descartável para sobremesa, cor branca ou transparente, fabricadas em plástico atóxico, embalagem: sacos plásticos contendo 50 unidades.	5,19	155,70
105344	23	PACOTE	Garfo plástico descartável para refeição, branco ou transparente material poliestireno; dimensões comprimento 164 mm, largura dos dentes 25 mm e espessura 1,3 mm. Pacote com 50 unidades.	4,99	114,77
114521	590	PACOTE	Guardanapo de papel tipo "refeição - pequeno". Pacote com 50 GUARDANAPOS DE PAPEL 20cm x 23cm CADA, Na cor branco. Não reciclável 100% fibras naturais.	3,19	1.882,10
114520	20	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho G	25,90	518,00
114519	15	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho M	25,90	388,50
114518	15	CAIXA	Luva descartável de nitrílicas, não estéril, ambidestra, não uso médico, sem pó, embalagem contendo 100 unidades, tamanho P.	25,90	388,50
105346	5	CAIXA	Luva descartável de polietileno, inodoro e incolor, caixa com 100 unidades, tamanho único	3,29	16,45
105349	40	CAIXA	Luva latex de procedimento, não estéril. Caixa com 100 unidades, tamanho G , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível	31,50	1.260,00
105348	115	CAIXA	Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho M , látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não	31,50	3.622,50



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

			estéril com pó bioabsorvível		
105347	25	CAIXA	Luva latex de procedimento, não esteril. Caixa com 100 unidades, tamanho P, látex de borracha natural superfície lisa ambidestra não estéril com pó bioabsorvível	31,50	787,50
105351	150	CAIXA	Marmita sem divisória com tampa 750ml em alumínio, fechamento manual, retangular - caixa com 100 unidades.	74,00	11.100,00
105350	150	CAIXA	Máscara cirúrgica descartável com tripla camada de proteção - caixa com 50 unidades	10,00	1.500,00
105352	33	PACOTE	Palito de churrasco 25 cm - Pacote com 100 unidades.	3,49	115,17
105353	40	CAIXA	Palito de dente, madeira resistente , embalagem caixa com 100 unidades, comprimento aproximado 6cm , roliço, pontiagudo.	1,39	55,60
105354	230	ROLO	Papel alumínio resistente em rolo com 45 cm de largura e 7.5 m de comprimento.	7,99	1.837,70
112495	30	UND	Papel Manteiga; uso culinário; resistente ao calor; rolo com 30 cm x 7,5 m	6,40	192,00
105377	120	ROLO	Plástico Filme Pvc p/ Embalar Conservar Congelar p/ Cozinhas Restaurantes Rolo 28cm X 100m -Embalagem Descartável	8,99	1.078,80
105355	12	CAIXA	Pote descartável, poliestireno, sobremesa , capacidade 100ml, cor branca ou transparente caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	8,99	107,88
105356	30	PACOTE	Prato em plástico, descartável, raso, com no mínimo 20cm de diâmetro, c/ 10 unidades.	3,99	119,70
105357	112	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 20 cm x 35 cm (Larg. X Alt.), capacidade de	22,99	2.574,88



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

			aproximadamente 2kg, bobina com 500 unidades.		
105358	125	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 35 cm x 50 cm (Larg. X Alt.), capacidade de aproximadamente 8 kg, bobina com 500 unidades.	63,99	7.998,75
105359	180	BOBINA	Saco plástico em bobina, para embalagem, tipo transparente, liso refilado em um dos lados, picotado, fundo reto, de alta densidade, resistente a rasgaduras e perfurações, que permita a selagem, medindo aprox. 40 cm x 60 cm (Larg. X Alt.), capacidade de aproximadamente 10kg, bobina de 500 unidades.	87,62	15.771,60
105376	50	PACOTE	Saco Plástico PE 12 x 30 cm 0,004 mm para coleta de amostra de Alimentos com Tarja Estéril com 100 saquinhos. Características : - Medidas : 12x30 cm- Espessura: 0,004 mm- Com tarja Estéril para identificação.	13,19	659,50
114565	700	PACOTE	Saco plástico reforçado tipo cristal medindo 30x40 - pacote com 100 unidades	16,49	11.543,00
105363	30	PACOTE	Sacos para Geladinho. Tamanho 4x23cm. Embalagem com no mínimo de 95 saquinhos.	2,69	80,70
105364	125	PACOTE	Saquinho para pipoca, de papel, cor branca, 08 cm largura x 14 cm comprimento, pacotes com 100 unidades.	4,99	623,75
105365	55	PACOTE	Saquinho plástico para cachorro-quente na cor branca, medidas: 20 x 15 cm, c/ 100 unidades.	4,66	256,30
92032	22	CAIXA	TAMPA PARA COPO DESCARTÁVEL, POLIESTIRENO, SOBREMESA CAPACIDADE 100ML, COR BRANCA OU TRANSPARENTE,	225,99	4.971,78



			CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES.		
105367	225	CAIXA	Touca descartável; confeccionada a base de não tecido, hipoalergênico, gramatura mínima de 20g/m²; formato anatômico; sanfonada; medindo 26 cm de diâmetro e aberto medindo 46 cm aproximado; com ventilação adequada, com elástico em toda a extensão. Cx. Com 100 unidades.	11,50	2.587,50
105340	141	CAIXA	Copo descartável, poliestireno, capacidade 180ml, frisos e saliência na borda, cor branca ou transparente, caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	162,25	22.877,25

Valor total estimado: R\$ 180.841,18

16 – METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇO

Foram utilizados os orçamentos recebidos das empresas:

R Alberti e Cia – CNPJ: 05.262.291/0001-00

Mercado Fachinelli Ltda – CNPJ: 12.870.831/0001-01

Comercial de Alimentos Bandeira Verde Ltda – CNPJ: 77.654.275/0001-73

Adriano da Silva Gomes Martins Minimercado – CNPJ: 43.486.053/0001-77

Mesmo com a cotação de quatro empresas, os itens descritos abaixo não receberam três cotações:

Item 105359 - Saco plástico em bobina 40 cm x 60 cm

Item 105376 - Saco Plástico PE 12 x 30 cm 0,004 mm

Item 114565 - Saco plástico reforçado tipo cristal medindo 30x40

Item 114566 - Fecho de arame encapado metalizado

Devido a isso, foram realizadas pesquisas de preços via internet destes itens, conforme tabela em anexo.

17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

SMS

Fonte 303

SMEC

Educação: 103 ou 104

Cultura: 1000



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

SMAS

Fonte: 31934, 31940, 904 e 1000

SMICTAI

Fonte 21000 Reduzido 1053

SMEL

Fonte 1000, 510,511

SMIH

Fonte 002, 510, 511 e 1000.

SMA

Fonte 1000 Reduzido 146, 126 e 44

Gabinete

Fonte 100 Reduzido 09

18 – APROVAÇÃO

Jose Salim Haggi Neto
Prefeito

Francisco Hideo Kuribayashi Junior
Secretário Municipal de Administração

Waldemar Romanini
Secretário Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Francielli Axman Tavares Duarte
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Ana Paula Moro da Silva Rafael
Secretária Municipal de Assistência Social

Angélica Cristina Cordeiro Moreira
Secretária Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Agronegócio e Inovação

Renato Jose Forti
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Mayra Garcia Justo
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Claudia Guimarães Betini
Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ de 2024, na sede da Administração Municipal de Cambará, localizada na Av. Brasil, nº 1.229, Centro, Cambará-PR, subscrevem a presente Ata de registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMBARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 75.442.756/0001-90, neste ato representado pelo Sr. PREFEITO, JOSE SALIM HAGGI NETO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 1422684-1, inscrito no CPF nº 440.827.709-68 e de outro, a empresa, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º, estabelecida na Rua, Estado de, neste ato representado pelo seu Sr., resolvem, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações e, em conformidade com o resultado do **Pregão nº 109/2024**, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR MÁX. UNIT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - À presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS**, para atender às Secretarias Municipais.

Parágrafo único – Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE CAMBARÁ a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A Contratada deverá fornecer os objetos em acordo com a Especificações constante no Item 1 deste Termo de Referência.

3.2 A Contratada deverá efetuar a entrega do produto de acordo com a necessidade da Administração.

3.2.1 O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do empenho.

3.3 A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

3.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às Secretarias, em decorrência da entrega dos produtos, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

3.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

3.7 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

3.8 A empresa fornecedora dos bens deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.



Conforme as recomendações do Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

3.9 A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos produtos.

3.9.1. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 A CONTRATANTE obrigará-se-á:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas deste edital;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato/Ata de Registro de Preço, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato/Ata de Registro de Preço.
- d) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto desta licitação, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados pelas Portarias nº 128/2023 e 305/2022 respectivamente;
- e) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato/Ata de Registro de Preço, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- f) Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Após período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, poderá a Administração reajustar o valor registrado em conformidade com o índice de INPC.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

6.2 – Por ocasião da entrega e prestação de serviços, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

6.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

6.4 Recebimento provisório será no momento da entrega;

6.5 Recebimento definitivo será de 48 horas, a contar da entrega do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO E CERTIDÕES

7.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega contra-apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada pelo empenho, devidamente atestada pelo contratante e obrigatoriamente acompanhada das certidões negativas (CND de INSS e CRF do FGTS e CNDT)

7.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, sendo que o prazo estabelecido no item anterior será reiniciado após a reapresentação.

7.3 - Os produtos destinados à Secretaria de Assistência Social deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ: 12.334.190/0001-62, endereço: Rua Coronel Leônicio de Castro nº 751, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

7.4 - Os produtos destinados à Secretaria de Saúde deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ. 09.335.385/0001-12 – Centro – CEP. 86.390-000 – Cambará – PR.

7.5 - Os produtos destinados às demais Secretarias deverão ter a Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ – CNPJ. 75.442.756/0001-90, endereço: Avenida Brasil, nº 1229, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

7.6 – O contratado prestador de serviço e/ou fornecedor de bens deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, devendo destacar o IR no documento fiscal conforme Instrução Normativa RFB n 1234/2012 e Decreto Municipal 2981/2022. Bem como deverá observar a legislação deste município referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando for o caso.

7.6.1 – Cabe ao contratado comprovar qualquer situação especial para não incidência, seja ela decorrente do enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma, condição excepcional observada pela norma federal.

7.7 – A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.8 No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
 CNPJ 75.442.756/0001-90
 www.cambara.pr.gov.br
 Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

8.1 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias:

Un. Orç	Proj./ Ativ.	Elemento Despesa	Compl. do Elemento	Fonte	
05.001	2.100	3.3.90.30.00.00.00.00	3.3.90.30.16.00.00.00	103	
				104	
				107	
07.002	2.012			303	
	2.018			494	
				303	
08.001				2.490	494
	08.002			6.030	1000
	08.003			2.500	1000
2.510				1000	
2.580				1000	
6.040				1000	
03.001	2.070			1000	
	03.002			2.080	2
				03.003	2.003
03.005				2.560	1000
	2				
	510				
03.006	2.032			511	
				1000	
				510	
06.001	2.130			511	
				1000	
				2	
02.001	2.170			1000	
	02.002			2.002	510
					511
1000					
14.001	2.039			2	
	2.038			511	
	2.035			1000	
14.002	2.036			1000	
14.003	2.061			1000	
09.001	2.250			1000	
09.002	2.270			2	
				1000	
				2	
10.001	2.027			1000	
				2	
				510	
10.003	2.028	511			
		1000			
		2			
		510			
		511			

CLÁUSULA NONA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO



9.1 A responsabilidade pela gestão do contrato/ata de registro de preço será da Secretária Municipal de Educação.

9.2 A responsabilidade pela fiscalização do contrato será dos servidores:

SMS – Maria Jacqueline R. S. Bernardelli
SMEC - Patricia Aparecida Gonçalves Gobbes
SMAS – Josiane Galtevici
SMICTAI Angélica Cristina Cordeiro Moreira
SMEL - Tatiane Gloria de Andrade
SMIH - Lucien Rigonatti Siqueira
SMAMA - Flávia A. Destefani
SMA - Maria Aparecida Cachatore
Gabinete – Rosilene Aparecida Santiago

9.3 Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal (is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4 Modelo de gestão:

9.4.1 Acompanhamento da Execução do Contrato

9.4.1.1 Controle de Qualidade

a) Os fiscais técnicos realizarão inspeções nas entregas para verificar se os produtos de panificação atendem às especificações estabelecidas no contrato, tais como:

- Textura, frescor e validade dos produtos;
- Embalagens e condições de transporte;
- Pesos e medidas, conforme estabelecido.

b) Qualquer inconformidade deverá ser registrada em relatórios de inspeção e comunicada imediatamente ao Gestor do Contrato e à Contratada para correção.

9.4.1.2. Acompanhamento das Entregas

a) O Fiscal Administrativo verificará se as entregas estão sendo realizadas nos prazos estipulados, conforme cronograma previamente acordado. Ele deverá manter um controle atualizado de todas as entregas, com os seguintes registros:

- Data e horário de cada entrega;
- Quantidades entregues;
- Local de entrega.

b) Caso sejam detectados atrasos, o Fiscal Administrativo notificará a Contratada para que sejam adotadas as devidas providências.

9.4.1.3. Monitoramento da Documentação



a) O Fiscal Administrativo deverá conferir as notas fiscais emitidas pela Contratada, garantindo que as mesmas estejam corretas e de acordo com os produtos entregues. O acompanhamento das notas fiscais servirá como base para autorizar o pagamento.

9.4.2 Comunicação entre as Partes

a) A comunicação oficial entre o Gestor do Contrato, os fiscais e a Contratada deverá ser feita preferencialmente por meio de ofícios ou por plataforma eletrônica oficial, com registro formal de todas as orientações e notificações. Eventuais ajustes ou correções solicitadas devem ser documentadas.

9.4.3 Relatórios de Acompanhamento

9.4.3.1. Relatórios Mensais

a) O Gestor do Contrato deverá elaborar relatórios mensais sobre a execução do contrato, com base nos registros feitos pelos fiscais técnicos e administrativos. Esses relatórios devem incluir:

- Avaliação da conformidade dos produtos entregues;
- Registro de eventuais ocorrências ou irregularidades;
- Acompanhamento dos prazos e volumes entregues.

9.4.3.2. Relatório Final

a) Ao término do contrato, o Gestor deverá elaborar um Relatório Final, consolidando as informações coletadas durante toda a vigência contratual, destacando o desempenho da Contratada e eventuais melhorias para futuros contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação mesmo que parcial para o fornecimento dos itens objeto deste edital sob pena de aplicação das penalidades à empresa que estiver em desacordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 3.229/2023.

11.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

11.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

11.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo da concorrência, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.2.3.2. A sanção prevista no item 23.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Cambará, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

11.3.1. Para as infrações previstas no item 23.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.3.2. Para as infrações previstas no item 23.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:



11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Concorrência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.10 - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, o atraso na entrega do objeto contratado implica, no pagamento pela contratada, de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratado, isentando-se, a CONTRATANTE, do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.1.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2. e 12.1.3. do caput será formalizado por despacho fundamentado, assegurado o contraditório e ampla defesa.

12.3. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

12.3.1. por razão de interesse público; ou

12.3.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RETENÇÃO DE VALORES A ENCARGOS

13.1 - A contratante reterá, quando for o caso, dos pagamentos efetuados ao contratado, percentuais equivalentes aos encargos incidentes, do valor bruto dos serviços realizados e constantes da nata fiscal/fatura, nos termos da lei federal 9.711 de 20 de novembro de 1998 e ordem de serviço/INSS n 209, de 20 de maio de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

14.1 - Fica a presente Ata de Registro de preços, vinculada aos termos do edital do correspondente pregão e seus anexos, à respectiva ata de registro de preços, bem como à proposta pelo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 - Os fornecedores deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

15.2 - Na hipótese de a contratação decorrente deste procedimento licitatório vir a se tornar elegível para financiamento do Banco Mundial, no âmbito do PROREDES-BIRD, deverão ser atendidas, além da legislação nacional, as regras específicas do Banco para prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos do Empréstimo durante a preparação e execução dos projetos financiados pelo Banco, ficando estabelecido que:

15.2.1- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2.2- Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, este Banco imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 - Considerando os propósitos destas cláusulas, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FUNDAMENTO

16.1 - Esta ata será regida de acordo com a lei 14.133/2021 e alterações subsequentes, Decretos Municipais 2.237/2018, 3.221/2023, 3.228/2023 e 3230/2023, termos do edital do correspondente pregão, bem como à proposta do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cambará estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias resultantes deste instrumento.

JOSE SALIM HAGGI NETO
Prefeito

CONTRATADA



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024 – SRP

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que (nome da licitante), CNPJ nº, cumpre plenamente todos os requisitos e exigências de habilitação da licitação Município de Cambará, **Pregão Presencial nº 109/2024.**

Declaro/amos também não estar temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como não ter sido declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

..... de de 2024.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue junto ao Credenciamento



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024 – SRP

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, Cargo _____ a participar da licitação instaurada pelo Município de _____, na modalidade de **Pregão Presencial, sob o nº 109/2024**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO V

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024 – SRP**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que _____ (nome da licitante),
CNPJ nº _____, não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores
de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a
partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 109/2024

MODELO FICHA DE CADASTRO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADES:

EMAIL:

BAIRRO:

CEP:

TELEFONE:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE ASSINARA O CONTRATO

NOME:

CPF:

EMAIL:

RG:

TELEFONE:

NOME:

CPF:

EMAIL:

RG:

TELEFONE:

CONTATO PARA PEDIDO DE COMPRA

NOME:

EMAIL:

TELEFONE:

NOME:

EMAIL:

TELEFONE:

CONTATO PARA PEDIDO DE ORÇAMENTO

NOME:

EMAIL:

TELEFONE:

NOME:

EMAIL:

TELEFONE:

Representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 109/2024

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO, eu
_____ sob nº CPF _____,
representante legal da empresa _____ sob nº CNPJ _____
informo estar ciente de todas as informações do processo nº 1.790/2024, Pregão
109/2024.

Informo também concordar com todas as cláusulas do edital, e itens/objetos apresentados pelo mesmo.

Comprometo-me entregar o objeto licitado dentro dos prazos estabelecido em edital.

Declaro que todas as informações apresentadas por esta empresa e o representante por ela credenciado, são verdadeiras, sob pena da **Lei nº 14.133/2021.1**

Cidade, ____ de _____ de _____.

Representante legal da empresa

¹ [Art. 337-F](#). Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO VIII

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 109/2024
MODELO DE PROPOSTA**

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
NOME FANTASIA: _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
TELEFONE: _____
EMAIL: _____
BANCO: _____ **CONTA:** _____ **AGENCIA:** _____

Item	Qtde.	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total	Marca

Valor total: R\$ 0,00 (zero reais)

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Declaro de que o preço cotado não está superfaturado, estando os mesmos dentro do valor praticado no mercado, também estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

Declaração também de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

Nome
Representante legal



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO IX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024 – SRP
DECLARAÇÃO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE– Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data.

(Representante Legal)



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO X

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024**

MODELO DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO

EU,, CPF nº, RG nº, residente e domiciliado(a) em Cambará - Pr., representante legal da empresa, CNPJ:.....

DECLARO, ciente das consequências legais acerca da veracidade de minha informação, que:

NÃO tenho cônjuge ou grau de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da mesma pessoa jurídica a que estou vinculado, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, assim como outros associados da empresa.

NÃO tem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Assinatura e carimbo

OBS:

LINHA RETA:

1º GRAU: Pai, Mãe, Filho(a) do agente público ou companheiro do cônjuge/ vínculos atuais sogro(a) genro/nora madrasta/padrasto, enteado(a) do agente público.

2º GRAU: Avô(ó), Neto(a) do cônjuge ou companheiro do agente público

3º GRAU: Bisavô(ó), Bisneto(a) ou cônjuge do agente público

LINHA COLATERAL:

2º GRAU: irmão(ã), tio(a), sobrinho(a) cunhado(a) do agente público

3º GRAU: tio(a) sobrinho(a) do cônjuge ou companheiro do agente público.

***Deverá ser assinado pelo representante legal da empresa, constante em Contrato Social. No caso de necessidade de ser assinado pelo procurador, deverá ser declarado o grau de parentesco do Contratado, ou seja, em nome dos sócios da empresa, que deverão estar no Contrato Social.**



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO XI

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.790/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2024 – SRP**

**DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que _____ (nome da licitante),
CNPJ nº _____, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para
reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante

Cidade, ____ de _____ de _____.

Representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO XII

CONTRATO Nº	:	
CONTRATANTE	:	MUNICÍPIO DE CAMBARÁ.
CONTRATADO	:	
OBJETO	:	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
DESCARTÁVEIS	:	
VALOR ESTIMADO GLOBAL	:	
PROCESSO	:	
FUNDAMENTO	:	Lei Federal n 14.133/2021
PREGÃO nº	:	109/2024

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CAMBARÁ, inscrito no CNPJ sob nº 75.442.756/0001-90, com sede à Avenida Brasil, 1.229, Paço Municipal, Cambará - PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, JOSE SALIM HAGGI NETO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 1422684-1, inscrito no CPF nº 440.827.709-68, e de outro lado, denominado CONTRATADO -----, inscrito no CNPJ nº -----, com sede na -----, «Bairro_Fornecedor» Município de -----, Estado do ----- «Cidade_Fornecedor» «Estado_Sigla_Fornecedor», neste ato representado pelo seu(ua) sócio(a) proprietário(a) -----, têm entre si justo e contratado s seguintes cláusulas:

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR MÁX. UNIT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS, para atender à Secretarias Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado conforme prevê a legislação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A Contratada deverá fornecer os objetos em acordo com a Especificações constante no Item 1 deste Termo de Referência.

3.2 A Contratada deverá efetuar a entrega do produto de acordo com a necessidade da Administração.

3.2.1 O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do empenho.

3.3 A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

3.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às Secretarias, em decorrência da entrega dos produtos, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

3.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

3.7 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

3.8 A empresa fornecedora dos bens deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Conforme as recomendações do Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

3.9 A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos produtos.



3.9.1. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 A Administração Pública obrigar-se-á:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas deste edital;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato/Ata de Registro de Preço, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato/Ata de Registro de Preço.
- d) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto desta licitação, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados pelas Portarias nº 128/2023 e 305/2022 respectivamente;
- e) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato/Ata de Registro de Preço, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- f) Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DOS PREÇOS

5.1 Os contratos regidos pela lei 14.133/2021 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei 14.133/2021;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do item 5.1 do edital, às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

5.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 5.1 deste edital, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

5.3 As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 5.1 do edital, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

5.4 Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no item 5.2 do edital.

5.5 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

5.6 Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

5.7 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

5.8 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da lei 14.133/2021.

5.9 A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

5.10 Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no item 5.2 do edital;

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da lei 14.133/2021;

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

5.11 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

5.12 Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

§ 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

§ 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do item 5.12 do edital, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

5.13 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

5.14 – Após período de 12 (doze) da data do orçamento estimado, poderá a Administração reajustar o valor do contrato em conformidade com o índice de INPC ou outro que venha ser mais vantajoso para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

6.2 – Por ocasião da entrega e prestação de serviços, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

6.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

6.4 Recebimento provisório será no momento da entrega;

6.5 Recebimento definitivo será de 48 horas, a contar da entrega do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO E CERTIDÕES

7.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega contra-apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada pelo empenho, devidamente atestada pelo contratante e obrigatoriamente acompanhada das certidões negativas (CND de INSS e CRF do FGTS e CNDT)

7.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, sendo que o prazo estabelecido no item anterior será reiniciado após a reapresentação.

7.3 - Os produtos destinados à Secretaria de Assistência Social deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ: 12.334.190/0001-62, endereço: Rua Coronel Leônicio de Castro nº 751, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

7.4 - Os produtos destinados à Secretaria de Saúde deverão ter a Nota Fiscal / Fatura emitida para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ. 09.335.385/0001-12 – Centro – CEP. 86.390-000 – Cambará – PR.

7.5 - Os produtos destinados às demais Secretarias deverão ter a Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ – CNPJ. 75.442.756/0001-90, endereço: Avenida Brasil, nº 1229, Cambará – PR, CEP: 86390-000.

7.6 – O contratado prestador de serviço e/ou fornecedor de bens deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, devendo destacar o IR no documento fiscal conforme Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal 2981/2022. Bem como deverá observar a legislação deste município referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando for o caso.

7.6.1 – Cabe ao contratado comprovar qualquer situação especial para não incidência, seja ela decorrente do enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma, condição excepcional observada pela norma federal.

7.7 – A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.8 No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias:

Red.	Un. Orç	Proj./ Ativ.	Elemento Despesa	Compl. do Elemento	Fonte
251	05.001	2.011	3.3.90.30.00.00.00.00	3.3.90.30.07.12.00.00 3.3.90.30.07.99.00.00	1000
252					1042
250					107
420	07.002	2.012			303
421					494
422					1000
423					10496
424					31495
523					303
524					494
543	08.001	2.490			1000
460	08.002	6.030			1000
586	08.003	2.500			31934
600		2.510			31934



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
 CNPJ 75.442.756/0001-90
 www.cambara.pr.gov.br
 Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

617		2.580			31934
645		6.040			1000
44					1000
41					2
42	03.001	2.070			510
43					511
84					1000
81					2
82	03.002	2.080			510
83					511
126					1000
123					2
124	03.005	2.560			510
125					511
146					1000
143					2
144	03.006	2.032			510
145					511
380					1000
377					2
378	06.001	2.130			510
379					511
9					1000
7	02.001	2.170			510
8					511
835		2.035			1000
843	14.001	2.038			1000
852		2.039			1001

CLÁUSULA NONA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A responsabilidade pela gestão do contrato/ata de registro de preço será da Secretária Municipal de Educação.

9.2 A responsabilidade pela fiscalização do contrato será das servidoras:

SMS – Maria Jacqueline R. S. Bernardelli
 SMEC - Patrícia Aparecida Gonçalves Gobbes
 SMAS – Josiane Galtevici
 SMICTAI Angélica Cristina Cordeiro Moreira
 SMEL - Tatiane Gloria de Andrade
 SMIH - Lucien Rigonatti Siqueira
 SMAMA - Flávia A. Destefani
 SMA - Maria Aparecida Cachatore
 Gabinete – Rosilene Aparecida Santiago

9.3 Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal (is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4 Modelo de gestão:

9.4.1 Acompanhamento da Execução do Contrato

9.4.1.1 Controle de Qualidade

a) Os fiscais técnicos realizarão inspeções nas entregas para verificar se os produtos de panificação atendem às especificações estabelecidas no contrato, tais como:



- Textura, frescor e validade dos produtos;
- Embalagens e condições de transporte;
- Pesos e medidas, conforme estabelecido.

b) Qualquer inconformidade deverá ser registrada em relatórios de inspeção e comunicada imediatamente ao Gestor do Contrato e à Contratada para correção.

9.4.1.2. Acompanhamento das Entregas

a) O Fiscal Administrativo verificará se as entregas estão sendo realizadas nos prazos estipulados, conforme cronograma previamente acordado. Ele deverá manter um controle atualizado de todas as entregas, com os seguintes registros:

- Data e horário de cada entrega;
- Quantidades entregues;
- Local de entrega.

b) Caso sejam detectados atrasos, o Fiscal Administrativo notificará a Contratada para que sejam adotadas as devidas providências.

9.4.1.3. Monitoramento da Documentação

a) O Fiscal Administrativo deverá conferir as notas fiscais emitidas pela Contratada, garantindo que as mesmas estejam corretas e de acordo com os produtos entregues. O acompanhamento das notas fiscais servirá como base para autorizar o pagamento.

9.4.2 Comunicação entre as Partes

a) A comunicação oficial entre o Gestor do Contrato, os fiscais e a Contratada deverá ser feita preferencialmente por meio de ofícios ou por plataforma eletrônica oficial, com registro formal de todas as orientações e notificações. Eventuais ajustes ou correções solicitadas devem ser documentadas.

9.4.3 Relatórios de Acompanhamento

9.4.3.1. Relatórios Mensais

a) O Gestor do Contrato deverá elaborar relatórios mensais sobre a execução do contrato, com base nos registros feitos pelos fiscais técnicos e administrativos. Esses relatórios devem incluir:

- Avaliação da conformidade dos produtos entregues;
- Registro de eventuais ocorrências ou irregularidades;
- Acompanhamento dos prazos e volumes entregues.



9.4.3.2. Relatório Final

a) Ao término do contrato, o Gestor deverá elaborar um Relatório Final, consolidando as informações coletadas durante toda a vigência contratual, destacando o desempenho da Contratada e eventuais melhorias para futuros contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação mesmo que parcial para o fornecimento dos itens objeto deste edital sob pena de aplicação das penalidades à empresa que estiver em desacordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 3.229/2023.

11.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

11.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

11.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo da concorrência, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.2.3.2. A sanção prevista no item 23.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Cambará, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

11.3.1. Para as infrações previstas no item 11.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.3.2. Para as infrações previstas no item 11.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral



dos danos causados

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Concorrência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.10 - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, o atraso na entrega do objeto contratado implica, no pagamento pela contratada, de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratado, isentando-se, a CONTRATANTE, do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do item 15.1 do edital, observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da lei 14.133/2021.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2 A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

12.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 12.1 do edital, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do item 12.1 do edital, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RETENÇÃO DE VALORES A ENCARGOS

13.1 - A contratante reterá, quando for o caso, dos pagamentos efetuados ao contratado, percentuais equivalentes aos encargos incidentes, do valor bruto dos serviços realizados e constantes da nata fiscal/fatura, nos termos da lei federal 9.711 de 20 de novembro de 1998 e ordem de serviço/INSS n 209, de 20 de maio de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

14.1 - Fica o presente contrato, vinculada aos termos do edital do correspondente pregão e seus anexos, assim como à proposta apresentada pelo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 - Os fornecedores deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

15.2 - Na hipótese de a contratação decorrente deste procedimento licitatório vir a se tornar elegível para financiamento do Banco Mundial, no âmbito do PROREDES-BIRD, deverão ser atendidas, além da legislação nacional, as regras específicas do Banco para prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos do Empréstimo durante a preparação e execução dos projetos financiados pelo Banco, ficando estabelecido que:

15.2.1- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2.2- Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, este Banco imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 - Considerando os propósitos destas cláusulas, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FUNDAMENTO

16.1 – Este contrato será regido de acordo com a lei 14.133/2021 e alterações subsequentes, Decretos Municipais, 3.221/2023 e 3.228/2023, termos do edital do correspondente pregão, bem como à proposta do contratado.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
E S T A D O D O P A R A N Á
CNPJ 75.442.756/0001-90
www.cambara.pr.gov.br
Av. Brasil, 1.229 – Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cambará estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias resultantes deste instrumento.

Cambará, XX mês do ano de 2024.

JOSE SALIM HAGGI NETO
Prefeito

CONTRATADA